



# Grupo Hunt

Gente & Gestão

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**

**Ref.: Processo Administrativo Nº 6800/2022 TRE-AM  
Pregão Eletrônico Nº 04/2023**

**POTENCIAL HUMANO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 15.498212/0001-18, vem respeitosamente e tempestivamente perante V. Sr.<sup>a</sup>, amparado nos art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, art. 109, inciso I, alínea *a* da Lei 14.133/2021; art. 164, *caput* da Constituição Federal de 1988 e item 21 do Edital nº 01/2023, interpor:

### **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**

Em face da Base Salarial do Operador Eletrônico, está defasada o que se faz através dos motivos e razões que se seguem:

#### ***I. 1 – DO CABIMENTO, INTERESSE E LEGITIMIDADE.***

É imperioso mencionar que no tocante à admissibilidade da presente peça, estão presentes todos os requisitos ensejadores de tal direito.

A presente impugnação tem cabimento uma vez que tem o fim de impugnar itens que comprometem a igualdade de direito e competitividade entre os demais licitantes.

#### **Item 26 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO**

Subitem 26.6. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, por meio eletrônico, na forma prevista neste Edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.





**Grupo Hunt**  
Gente & Gestão

Segue abaixo itens que comprometem o princípio da competitividade e a igualdade na competição.

Caberá à licitante, obedecendo ao disposto na Convenção Coletiva, oferecer os benefícios mínimos a seus empregados;

Para elaboração deste Termo de Referência foi utilizada CCT-2022/2022 - Sindicato dos empregados em empresas de asseio e conservação do Estado do Amazonas (CNPJ n. 23.006.562/0001-48), firmada, entre o Sindicato das empresas de asseio e conservação do Estado do Amazonas, (CNPJ n. 34.501.213/0001-19), registro no MTE: AM000546/2021.

#### **9.4. Dos Critérios De Aceitabilidade De Preços Global E Unitário;**

Com valores unitários e percentuais diferentes dos estimados, nos seguintes itens:

Da remuneração (Módulo 1), definida na CCT da categoria;

Primeiramente cumpre destacar que o nosso interesse não é tumultuar o andamento do Certame, e sim garantir regras visando evitar futuros prejuízos no andamento do contrato da licitação em questão.

Vejamos os fatos, no dia 05 de janeiro de 2023, foi registrada a Convenção Coletiva de Trabalho de Nº AM000007/2023 do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ n. 34.501.213/0001-19 e SINDICATO DOS EMP.EM EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM, CNPJ n. 23.006.562/0001-48, atualizando o Salário da Categoria de Operador Eletrônico passando o valor de R\$ 1.356,72 para R\$ 1.478,82, portanto solicitamos que seja atualizada no termo de referência a faixa salarial, baseado na nova convenção coletiva, evitando prejuízos futuros para empresa que sangrasse vencedora do processo licitatório.

Link da Nova Convenção:  
<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar?nrSolicitacao=MR000498/2023>

#### **5.6. Das Alterações Contratuais**

24.4. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

#### **CLÁUSULA DOZE - DA REPACTUAÇÃO**

**PARÁGRAFO QUINTO:** O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:





# Grupo Hunt

Gente & Gestão

I – da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II – da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

Prezados a base salarial prevista no Edital trará prejuízos a empresa que sangrasse vencedora do respectivo certame, tendo em vista que a repctuação só será concedida após 12 meses de contrato, portanto solicitamos que seja atualizado a Respetiva Convenção Coletiva.

## DO PEDIDO

Ante todo o exposto, esta licitante, com o devido respeito, requer:

Que seja acatado o respectivo pedido de impugnação aos itens citados, visando garantir a igualdade de direito previsto na Lei 14.133/2021 - Art. 80. - § 7º,.

Termos em que  
Pede deferimento

Manaus/AM, 04 de Maio de 2023.

**CNPJ: 15.498.212/0001-18**  
POTENCIAL HUMANO RECRUTAMENTO  
E SELEÇÃO LTDA  
Rua Rio Javari, 656-Sala 'A'  
Lote Jardim Amazônia  
Bairro: Nossa Sra. das Graças  
CEP: 69.053-110  
**[MANAUS - AM]**

*Olegário Borges Junior*

Olegário Borges Junior  
Diretor – Grupo Hunt





## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

---

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO N. 04/2023

IMPUGNANTE: POTENCIAL HUMANO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO.

DATA: 08/04/2023

### DECISÃO

Trata-se de impugnação ao edital do pregão n. 04/2023, com data de abertura prevista para o dia 16 de maio próximo vindouro e cujo objeto é a contratação do serviço de fornecimento de mão-de-obra terceirizada de operador eletrônico para atender a demanda da manutenção das urnas eletrônicas de propriedade do TRE/AM.

Inconteste o cabimento, o interesse e a tempestividade da pretensão. Passamos a examinar seu conteúdo.

Insurge-se a Impugnante contra o edital alegando, sucintamente que: a estimativa de preços da contratação prevista pela Administração é lastreada na Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas e o Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas, matriculada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE sob o n. 546/2021, para o exercício 2022/2022; que no dia 5 de janeiro pretérito foi registrada no mesmo órgão nova CCT, celebrada entre os referidos sindicatos patronal e laboral, sob o n. 0007/2023, e que esta CCT atualizou os salários da categoria Operador Eletrônico; que a manutenção do critério de julgamento da proposta vencedora no certame fatalmente acarretará prejuízos a futura contratada em face do dispositivo contido no item 24.4, II, do edital, que estipula o interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação do valor do contrato.

Dado o exposto, e examinadas detidamente as alegações da Impugnante em confronto com os elementos materiais e formais do procedimento em curso, temos a reconhecer que é fato que os artefatos de planejamento da contratação, produzidos em data recuada e anterior ao advento da nova CCT celebrada entre os sindicatos patronal e laboral da categoria que se pretende contratar, desaguaram em critérios de julgamento de aceitabilidade da proposta, especificamente o valor máximo estimado para a contratação, com números defasados em relação à realidade atual do mercado. Tal situação, aliada ao fato de que a primeira repactuação deve obedecer o interregno mínimo de um ano contado da data para apresentação da proposta, inevitavelmente iria conduzir ao prejuízo da contratada, que seria obrigada a prestar o serviço por pelo menos um ano sendo remunerada com valores abaixo do custo de sua prestação, situação que não é razoável exigir-se.

Lado outro, a paralização do procedimento na fase em que se encontra para devolvê-lo à etapa de planejamento a fim de se redimensionar os custos da contratação, certamente acarretará demora considerável na sua retomada, postergando ainda mais a contratação do serviço, essencial para atendimento de demanda ao norte delineada. Daí que adotamos solução alternativa que, ao



## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

---

meu sentir, responde satisfatoriamente ao dilema existente, isto é, republicar o edital do pregão, alterando o dispositivo que prevê a repactuação dos valores da contratação, para se assegurar ao licitante vencedor a prerrogativa de pleitear repactuação do preço do contrato com base nos valores da nova CCT, no ato da formalização da avença, devendo novas repactuações respeitarem o interregno mínimo de um ano.

Com efeito, acolho a presente impugnação, para que seja publicado novo aviso de licitação, com a inovação que atende, salvo melhor juízo, a pretensão manifestada, mantendo-se a igualdade entre os licitantes e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

É como me manifesto.

Aldo Anísio Pereira de França

Pregoeiro TRE/AM